FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2-3

BALANÇOS PATRIMONIAIS 4-6

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS 7-8

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 9

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 10

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO 11

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 12

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

Pouso Alegre - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da **Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado (superávit), das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis

feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 19 *(ii)*, a Fundação discute judicialmente execução fiscal e notificação fiscal do INSS, que totalizam R$ 104.946 mil em 31 de dezembro de 2014. Os processos se relacionam a questões ligadas à imunidade tributária de Entidades Beneficentes de Assistência Social. A Administração da Fundação, amparada na opinião da sua assessoria jurídica, não consignou nenhuma provisão para perdas nas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 21 de fevereiro de 2014.

Ribeirão Preto SP, 27 de fevereiro de 2015.

BLB Auditores Independentes

CRC 2SP023165/O-2

Rodrigo Garcia Giroldo

CRC 1SP222658/O-9

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

Em reais

	Atividade de ensino			Atividade de saúde	
ATIVO	**2014**	**2013**	**ATIVO**	**2014**	**2013**
ATIVO CIRCULANTE			**ATIVO CIRCULANTE**		
Caixa e equivalentes de caixa	1.400.095	755.736	Caixa e equivalentes de caixa	2.310.314	4.466.102
Títulos e valores mobiliários	299.113	-	Títulos e valores mobiliários	2.213.301	-
Mensalidades a receber	3.916.707	2.753.759	Mensalidades a receber	-	663
Acordos a receber	1.185.744	3.131.937	Acordos a receber	16.880	14.060
Atendimentos hosp. a receber	-	-	Atendimentos hosp. a receber	15.176.533	19.110.902
Convênios a receber com restrição	276.836	652.984	Convênios a receber com restrição	2.588.573	3.524.697
Estoques	48.897	37.564	Estoques	1.543.768	997.086
Outros créditos	284.546	1.024.455	Outros créditos	878.457	294.031
Despesas antecipadas	78.159	87.822	Despesas antecipadas	(318)	(60)
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**7.490.097**	**8.444.257**	**TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE**	**24.727.508**	**28.407.481**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			**ATIVO NÃO CIRCULANTE**		
Realizável a longo prazo			Realizável a longo prazo		
Acordos a receber	1.181.254	1.567.857	Acordos a receber	508	507
Depósitos judiciais	81.169	-	Depósitos judiciais	56.338	-
Imobilizado	40.934.800	41.196.829	Imobilizado	33.764.861	33.733.372
Intangível	924.631	911.463	Intangível	552.167	403.271
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**43.121.854**	**43.676.149**	**TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE**	**34.373.874**	**34.137.150**
TOTAL DO ATIVO	**50.611.951**	**52.120.406**	**TOTAL DO ATIVO**	**59.101.382**	**62.544.631**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

Em reais

	Atividade de ensino			Atividade de saúde	
PASSIVO	**2014**	**2013**	**PASSIVO**	**2014**	**2013**
PASSIVO CIRCULANTE			**PASSIVO CIRCULANTE**		
Empréstimos e financiamentos	1.662.782	5.328.170	Empréstimos e financiamentos	5.539.803	7.264.423
Fornecedores	432.240	579.958	Fornecedores	4.067.380	5.644.937
Obrigações sociais e provisões de férias	4.391.616	6.401.589	Obrigações sociais e provisões de férias	4.351.001	4.482.911
Impostos e contribuições a recolher	1.032.961	949.663	Impostos e contribuições a recolher	301.617	319.419
Outras obrigações	2.288.920	2.872.147	Outras obrigações	750.581	783.140
Recursos de projetos em exec. c/ restrição	601.960	956.540	Recursos de projetos em exec. c/ restrição	4.515.055	7.435.517
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**10.410.479**	**17.088.067**	**TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE**	**19.525.437**	**25.930.347**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**		
Empréstimos e financiamentos	109.102	1.767.184	Empréstimos e financiamentos	33.187.236	28.736.656
Fornecedores	-	-	Fornecedores	626.397	-
Outras obrigações	96.498	-	Outras obrigações	-	-
Provisão para demandas judiciais	2.942.468	2.034.475	Provisão para demandas judiciais	2.483.448	3.202.908
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**3.148.068**	**3.801.659**	**TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**36.297.081**	**31.939.564**
PATRIMÔNIO LIQUIDO			**PATRIMÔNIO LIQUIDO**		
Patrimônio social	11.465.918	11.552.846	Patrimônio social	5.581.069	5.494.141
Reserva de reavaliação	29.515.863	29.710.990	Reserva de reavaliação	12.413.389	12.634.956
Déficit acumulado	(3.928.377)	(10.033.157)	Déficit acumulado	(14.715.594)	(13.454.379)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	**37.053.404**	**31.230.679**	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO**	**3.278.864**	**4.674.718**
TOTAL DO PASSIVO	**50.611.951**	**52.120.405**	**TOTAL DO PASSIVO**	**59.101.382**	**62.544.629**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

BALANÇOS PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

Em reais

ATIVO	Nota explicativa	2014	2013
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.710.409	5.221.838
Títulos e valores mobiliários	5	2.512.414	-
Mensalidades a receber	6	3.916.707	2.754.422
Acordos a receber	7	1.202.624	3.145.997
Atendimentos hosp. a receber	8	15.176.533	19.110.902
Convênios a receber com restrição	9	2.865.409	4.177.681
Estoques	10	1.592.665	1.034.650
Outros créditos	11	1.163.003	1.318.486
Despesas antecipadas		77.841	87.762
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**32.217.605**	**36.851.738**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Acordos a receber	7	1.181.762	1.568.364
Depósitos judiciais	11	137.508	-
Imobilizado	12	74.699.661	74.930.201
Intangível	13	1.476.797	1.314.734
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**77.495.728**	**77.813.299**
TOTAL DO ATIVO		**109.713.333**	**114.665.037**

PASSIVO	Nota explicativa	2014	2013
PASSIVO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	14	7.202.585	12.592.593
Fornecedores	15	4.499.620	6.224.895
Obrigações sociais e prov. de férias	16	8.938.981	11.206.802
Impostos e contribuições a recolher		1.334.578	1.269.082
Outras obrigações	17	2.843.137	3.332.987
Recursos de proj. em exec. c/ restrição	18	5.117.015	8.392.057
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**29.935.916**	**43.018.416**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	14	33.296.336	30.503.840
Fornecedores	15	626.397	-
Outras obrigações	17	96.948	-
Provisão para demandas judiciais	19	5.425.468	5.237.383
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**39.445.149**	**35.741.223**
Patrimônio social		17.046.987	17.046.987
Reserva de reavaliação		41.929.252	42.345.946
Déficit acumulado		(18.644.172)	(23.487.535)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	20	**40.332.268**	**35.905.398**
TOTAL DO PASSIVO		**109.713.333**	**114.665.037**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

Em reais

	Nota explicativa	2014	2013
RECEITA BRUTA EDUCACIONAL		**69.780.808**	**64.158.613**
Receita de Mensalidade Ed. Básica		9.524.940	9.020.905
Receita de Mensalidades Ed. Superior		57.198.447	51.833.467
Outras Receitas Operacionais		2.838.659	3.550.303
Doações		116.226	80.200
Subvenções e Convênios		102.536	123.738
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		**(11.962.011)**	**(13.294.158)**
Bolsas Concedidas Integrais - Lei 12.101/09		(1.464.000)	(1.638.013)
Bolsas Concedidas – PROUNI		(4.989.172)	(5.384.641)
Bolsas Concedidas Integrais - Lei 11.096/05		(10.830)	(180.931)
Bolsas Concedidas Parciais - Lei 11.096/05		(127.084)	(190.746)
Bolsas Concedidas - Art. 12 Lei 11.096/05		(2.253.461)	(2.526.568)
Programa de apoio a bolsistas		(111.677)	(76.262)
Outras Bolsas Concedidas		(163.187)	(195.793)
Descontos Concedidos		(2.520.794)	(2.424.059)
Descontos Incondicionais		(321.806)	(677.145)
(=) RECEITA LÍQUIDA DA ATIVIDADE		**57.818.797**	**50.864.455**
(-) CUSTOS		**(41.894.494)**	**(41.427.462)**
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT BRUTO		**15.924.303**	**9.436.993**
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		**12.524.486**	**12.654.671**
Outras receitas não operacionais		35.607	15.428
Isenção usufruída		12.488.879	12.639.243
(-) DESPESAS OPERACIONAIS DA ATIVIDADE		**(13.249.131)**	**(14.311.794)**
Pessoal		(8.824.721)	(9.744.376)
Administrativas e gerais		(2.527.912)	(3.103.687)
Perdas no recebimento de mensalidades		(2.200.280)	(1.143.694)
Resultado financeiro		303.782	(320.038)
(-) OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		**(12.624.863)**	**(12.645.960)**
Outras despesas não operacionais		(135.984)	(6.717)
Isenção usufruída		(12.488.879)	(12.639.243)
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) EDUCACIONAL		**2.574.795**	**(4.866.090)**

Continua...

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

Em reais

...continuação

	Nota explicativa	2014	2013
RECEITA BRUTA DA ÁREA DE SAÚDE		**93.554.016**	**85.182.312**
Planos de saúde		20.098.994	17.377.917
Sistema Único de Saúde		69.993.695	64.075.696
Particulares		2.336.837	1.830.223
Outras receitas de saúde		160.708	74.343
Doações		963.782	1.052.684
Secretaria de Estado da Saúde		-	771.449
(=) RECEITA LÍQUIDA DA ÁREA DA SAÚDE		**93.554.016**	**85.182.312**
(-) CUSTOS		**(82.253.050)**	**(78.400.069)**
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT BRUTO DA ÁREA DA SAÚDE		**11.300.966**	**6.782.243**
(-) DESPESAS OPERACIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE		**(9.541.207)**	**(6.479.680)**
Administrativas e gerais		(5.455.513)	(2.818.155)
Resultado financeiro		(4.085.694)	(3.661.525)
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAS		**11.765.357**	**10.916.454**
Outras receitas não operacionais		220.706	193.671
Isenção usufruída		11.544.651	10.722.783
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		**(11.682.368)**	**(10.792.289)**
Outras despesas operacionais		(137.717)	(69.506)
Isenção usufruída		(11.544.651)	(10.722.783)
(=) SUPERÁVIT DA ÁREA DA SAÚDE		**1.842.748**	**426.728**
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		**4.417.543**	**(4.439.362)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

Em reais

	Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Déficit acumulado	Patrimônio liquido
Saldos em 1º de janeiro de 2013	**16.522.410**	**42.876.704**	**(19.534.051)**	**39.865.063**
Ajuste de exercício anterior	524.577	-	-	524.577
Realização da reserva de reavaliação	-	(530.758)	485.878	(44.880)
Déficit do exercício	-	-	(4.439.362)	(4.439.362)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**17.046.987**	**42.345.946**	**(23.487.535)**	**35.905.399**
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	9.326	9.326
Realização da reserva de reavaliação	-	(416.494)	416.494	-
Superávit do exercício	-	-	4.417.543	4.417.543
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**17.046.987**	**41.929.252**	**(18.644.172)**	**40.332.268**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

Em reais

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Superávit (déficit) do exercício	4.417.543	(4.439.362)
Ajustes para conciliar o superávit (déficit) do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	2.874.826	2.629.542
Valor residual de baixa do ativo imobilizado	2.064.097	-
Ajustes de exercícios anteriores	9.326	488.117
Provisão para devedores duvidosos	5.350.728	3.231.689
Ajuste a valor presente	334.550	-
Provisão para demanda judiciais	188.085	(50.500)
Superávit (déficit) do exercício ajustado	**15.239.155**	**1.859.486**
Variações nos ativos e passivos:		
Redução em mensalidades, acordos e atendimentos a receber	(583.219)	(6.335.836)
Redução em convênios a receber com restrição	1.312.272	(4.177.681)
Aumento em estoques	(558.015)	55.209
Redução em outros ativos	27.896	433.643
Redução em fornecedores	(1.098.878)	2.986.681
Redução em obrigações sociais e provisão de férias	(2.267.821)	707.846
Aumento em impostos e contribuições a recolher	65.496	78.879
Redução em recursos de projetos em execução com restrição	(3.275.042)	8.392.057
Redução em outras obrigações	(392.902)	(1.266.780)
Disponibilidades líquidas geradas pelas ativ. operacionais	**8.468.942**	**2.733.504**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado	(4.206.755)	(3.910.715)
Aumento em intangível	(663.690)	(557.170)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas ativ. de investimentos	**(4.870.445)**	**(4.467.885)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Variação dos empréstimos e financiamentos	(2.597.512)	5.430.986
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas ativ. de financiamentos	**(2.597.512)**	**5.430.986**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**1.000.985**	**3.696.605**
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no fim do período	6.222.823	5.221.838
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no início do período	5.221.838	1.525.233
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**1.000.985**	**3.696.605**

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

Em reais

	2014	2013
RECEITAS	**186.686.539**	**172.035.241**
Receitas de atividades área educacional	66.723.388	60.404.372
Receitas de atividades área saúde	86.554.767	78.277.498
Isenção usufruída	24.033.529	23.362.026
Outras receitas	9.374.855	9.991.345
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(66.511.918)**	**(64.508.589)**
Custos de manutenção das atividades	(56.367.881)	(54.874.550)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.144.037)	(9.634.038)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**120.174.621**	**107.526.652**
Depreciações/amortizações	(2.517.004)	(2.719.577)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PROD. PELA ENTIDADE	**117.657.617**	**104.805.075**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Doações	938.129	876.924
Receitas financeiras	2.200.523	2.870.379
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**120.796.268**	**108.554.377**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Colaboradores	74.024.798	72.591.649
Despesas juros	9.159.586	7.529.201
Assistência social, educacional e saúde	9.160.812	9.510.864
Isenção usufruída	24.033.529	23.362.026
Superávit / déficit do exercício	4.417.543	(4.439.362)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	**120.796.268**	**108.554.377**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

Em reais

1. Contexto operacional

A Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, com sede na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais. É uma entidade sem fins lucrativos com prazo de duração indeterminado, e tem como objetivos: (i) Manter a Universidade Vale do Sapucaí, bem como outras instituições de ensino por ela criadas, com atividades de ensino, pesquisa e extensão, em todos os ramos do saber e da divulgação científico-cultural; (ii) Criar e manter estabelecimentos de suporte e conjugação com a área de ensino, pesquisa e extensão, ou em quaisquer áreas de atividades, caso delibere convenientes e necessários à sua existência; (iii) Criar e manter programas educativos e assistenciais que beneficiem os estudantes e a comunidade; e (iv) Cuidar de atividades ligadas ao ensino, desenvolvendo, por todos os meios, atividades de intercâmbio com entidades congêneres nacionais ou estrangeiras.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Consideram ainda, as peculiaridades ligadas às entidades sem fins lucrativos em consonância à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras requerem em sua elaboração a utilização de estimativas contábeis para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos e essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Fundação revisa suas estimativas e premissas, em período não superior a um ano. Contudo, não há situação de maior complexidade que requeira maior nível de julgamento.

Essas demonstrações financeiras estão expressas em reais, que é a moeda funcional da Fundação, elas consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 27 de fevereiro 2015. Depois de concluídas, as demonstrações financeiras serão submetidas as apreciação e aprovação do Conselho Curador.

As operações da Fundação são continuadas. Portanto, não há operação descontinuada para ter a segregação na demonstração do resultado do exercício.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo se indicado de outra forma:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas obedecendo ao regime de competência. As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pelo curso normal das atividades da Fundação.

As receitas com serviços prestados são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Fundação; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

b) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Fundação possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis **abrangem** contas a receber e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2014 não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos e não ocorreram operações desse tipo no decorrer do exercício.

c) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Fundação revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (impairment), em contrapartida ao resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas análises da Administração, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2014.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em banco conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

e) Contas a receber

Segregadas por natureza (SUS, convênios e mensalidades das instituições de ensino) das respectivas transações, sendo que os encargos, quando devidos, foram reconhecidos como receita financeira do exercício pelo regime da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades a receber e contas a receber de atendimentos hospitalares.

f) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Quando necessário, os estoques são deduzidos por provisão para perdas por obsolescência, deterioração ou baixo giro.

g) Imobilizado

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, acrescido de avaliação espontânea efetuada por peritos independentes, para determinação do valor atribuído, efetuada por peritos independentes e deduzida à depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O imobilizado em andamento é demonstrado pelo custo já incorrido e pelo valor desembolsado, respectivamente. A Fundação inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração do resultado. A Fundação não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

i) Empréstimos e financiamentos

Registrado pelo valor de captação e atualizados parcialmente pelos encargos contratuais incorridos até a data do balanço.

j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, caso seja aplicável.

k) Recursos de projetos em execução com restrição

São registrados nesta conta os valores repassados dos agentes cedentes em contrapartidas a bancos, aplicações financeiras e outros ativos vinculados a cada projeto.

l) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

m) Segregação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

o) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Fundação revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

p) Reserva de reavaliação

A realização da reserva de reavaliação ocorre na medida em que os bens reavaliados forem sendo alienados, baixados ou depreciados.

q) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2014	2013
Caixa	72.478	25.058
Bancos conta corrente	910.877	2.694.364
Aplicações financeiras	2.727.054	2.502.416
Total	**3.710.409**	**5.221.838**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Fundação considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações em fundos de investimentos são remuneradas de acordo com a variação de suas respectivas cotas e a operação compromissada é remunerada à taxa média da variação do CDI, e podem ser resgatados de acordo com a necessidade de recursos da Fundação.

5. Títulos e valores mobiliários

Descrição	2014
Vinculados aos projetos – nota explicativa 18	**2.512.414**

Em "Títulos e valores mobiliários" estão registrados os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Fundação e de acordo com a execução dos projetos.

6. Mensalidades a receber

Descrição	2014	2013
Unidade Central	2.232.330	1.858.993
Unidade Fátima	2.400.569	2.049.056
FIES	1.470.847	772.649
Colégio Vale do Sapucaí	651.446	476.897
Colégio João Paulo	291.658	265.897
Pós-Graduação	772.196	681.863
Isepec	70.996	64.989
Outras	4.132	7.103
(-) Provisão p/ devedores duvidosos	(3.977.467)	(3.423.025)
Total	**3.916.707**	**2.754.422**

Representado por saldos a receber referentes aos serviços prestados de ensino.

7. Acordos a receber

	2014		2013	
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Unidade Central	2.660.421	627.191	2.601.122	1.013.794
Unidade Fátima	2.253.659	447.221	2.335.544	447.220
Colégio Vale do Sapucaí	126.007	10.074	110.214	10.074
Colégio João Paulo	212.592	35.049	227.339	35.048
Pós-Graduação	184.909	48.841	92.755	48.841
Isepec	26.706	4.488	31.585	4.488
Acord.Mensal.TASP -Univás	1.060.443	8.391	1.070.086	8.391
Acord. Mensal.TASP – CVS	86.797	-	43.441	-
Acordos - TASP - CJP	2.860	-	2.860	-
Acordos - TASP - Isepec	2.100	-	2.100	-
Outros	136.934	507	110.283	508
Ajuste a valor presente	(334.550)	-	-	-
(-) Prov. p/ deved. duvidosos	(5.216.254)	-	(3.481.332)	-
Total	**1.202.624**	**1.181.762**	**3.145.997**	**1.568.364**

Representado por saldos a receber referentes a acordos de mensalidades não recebidas.

8. Atendimentos hospitalares a receber

Descrição	**2014**	**2013**
Convênios	4.976.444	5.110.222
Pacientes particulares	102.934	48.934
Convênio SUS	18.149.951	18.424.845
Secretaria de Estado da Saúde	170.332	688.665
(-) Provisão p/ devedores duvidosos	(8.223.128)	(5.161.764)
Total	**15.176.533**	**19.110.902**

9. Convênios a receber com restrição

Descrição	2014	2013
T.C. 1736/12 EMG/SES/SUS-MG/FES (Urg. e Emerg.)	443.000	443.000
T.C1982/13-SES/MG/FES(Aquisição de Ambulância)	-	58.500
Fapemig 11013-10 – Univas	3.900	3.976
Fapemig 5163-11 – Univas	14.301	259.745
Conv. a rec. PEP – Univas	258.634	331.664
T.C. 2483/13-SES/SUS-MG/FES (Reforma Urgência)	566.467	1.132.933
T.C. 2510/13-SES/SUS-MG/FES (Equip. Urgência e	690.263	690.263
T.C 446/13 -SES/MG/FES (Aquisição de Medic.)	-	1.200.000
Fapemig MPR 00008-13 Mest Profissional – Univas	-	57.600
Pro hosp. 2014	888.844	-
Total	**2.865.409**	**4.177.681**

10. Estoques

Descrição	2014	2013
Central de abastecimento	1.574.028	1.012.402
Outros	18.637	22.248
Total	**1.592.665**	**1.034.650**

11. Outros créditos

	2014		2013
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**
Cheques custodiados	128.910	-	191.905
Aluguéis	5.225	-	1.052
Devedores Unidade	-	-	411.889
Cheques em cobrança	123.448	-	91.135
Serviço esterilização	-	-	95
Adiantamento a fornecedores	14.303	-	11.702
Cartão de crédito/débito	88.222	-	47.776
Adiantamentos a colaboradores	2.895	-	416.302
Valores a rec. – incent. Governamental ***(i)***	800.000	-	-
Depósitos Judiciais	-	137.508	146.630
Total	**1.163.003**	**137.508**	**1.318.486**

(i) Valor a receber em aberto, conforme estabelecido na resolução SES n° 355 de 14 de novembro de 2012.

12. Imobilizado

Descrição	Taxa média deprec. anual	2014 Custo	Depreciação acumulada	Líquido	2013 Líquido
Máquinas Mot. Aparelhos	8,74%	13.555.964	(7.178.541)	6.377.423	6.935.227
Computadores e periféricos	23,55%	2.885.882	(2.232.169)	653.713	750.470
Edifícios	2,48%	27.399.980	(2.646.049)	24.753.931	23.526.423
Bibliotecas	10%	1.607.918	(1.027.154)	580.764	573.036
Mobiliário Geral	11,23%	4.407.614	(2.632.113)	1.775.501	1.846.998
Veículos	20%	183.717	(94.303)	89.414	105.485
Terrenos	-	37.190.559	-	37.190.559	37.190.559
Instal. Esp. Áreas de Lazer	2,48%	1.009.901	(79.354)	930.547	946.383
Obras em andamento	-	63.238	-	63.238	1.223.644
Veículos c/ restrição	20%	60.000	(1.133)	58.867	-
Bibliotecas c/ restrição	10%	2.717	(79)	2.638	-
Mobiliário geral c/ restrição	10%	49.717	(3.831)	45.886	43.041
Obras c/ restrição	-	378.322	(48)	378.274	675
Máq. Mot. Ap. c/ restrição	10%	1.913.573	(190.632)	1.722.941	1.773.542
Comput. Perif. c/ restrição	20%	83.989	(8.024)	75.965	14.718
Total		**90.793.091**	**16.093.430**	**74.699.661**	**74.930.201**

A Fundação registrou reavaliação espontânea baseada em laudos emitidos por peritos independentes: em 31 de dezembro de 2014, dos bens imóveis; em 31 de dezembro de 2006, dos bens máquinas e equipamentos, computadores e periféricos e móveis e utensílios; e em 31 de janeiro de 2007, dos bens veículos. Em contrapartida da mais valia do imobilizado foi registrada a reserva de reavaliação.

As vidas úteis e valor residual foram revisados seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado.

13. Intangível

			2014	2013
		Amortização		
Descrição	**Custo**	**acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Marcas e patentes	6.410	-	6.410	6.410
Softwares	3.255.717	(2.079.909)	1.175.808	1.175.874
Softwares c/ restrição	174.500	(7.772)	166.728	4.599
Bibliotecas	127.851	-	127.851	127.851
Total	**3.564.478**	**(2.087.681)**	**1.476.797**	**1.314.734**

14. Empréstimos e financiamentos

	2014		2013	
Modalidade	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Capital de giro	**7.202.585**	**32.296.336**	**12.592.593**	**30.503.840**

Os encargos contratuais são de 1,21% a.m. e 1,3% a.m. As garantias são avais e alienação de cobrança das verbas SUS e convênios.

15. Fornecedores

	2014		2013
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**
Fornecedores nacionais	4.498.960	626.397	6.211.908
Prestadores de serviços	660	-	12.986
Total	**4.499.620**	**626.397**	**6.224.894**

A Fundação nas datas de 31 de dezembro de 2014 não possuía nenhuma transação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

16. Obrigações sociais e provisões de férias

Descrição	2014	2013
Salários a pagar	3.334.841	3.195.284
RCT	63.740	1.374
Sindicatos a pagar	25.112	60.920
Acordos judiciais – trabalhistas	303.114	331.302
Residência/ Serv. Médicos a pagar	179.037	180.790
FGTS a recolher	585.646	558.035
INSS a recolher	437.582	385.867
FGTS parcelamento	3.089	94.207
Outros	67.471	43.308
Provisão de férias e encargos	3.939.349	6.355.715
Total	**8.938.981**	**11.206.802**

17. Outras obrigações

	2014		2013
Descrição	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**
Depósitos não identificados	457.453	-	387.558
Adiantamento de mensalidades	1.270.024	96.948	1.467.796
Seguros a pagar	7.557	-	1.950
Credores diversos	502.527	-	506.670
Aluguéis	25.153	-	40.976
Adiantamento de matrículas	504.155	-	440.848
Credores – unidades	-	-	411.889
Diversos	76.268	-	75.300
Total	**2.843.137**	**96.498**	**3.332.987**

18. Recursos de projetos em execução com restrição

Descrição	2014	2013
T.C. 1736/12 EMG/SES/SUS-MG/FES	459.507	459.031
T.C 446/13 -SES/MG/FES	391.072	2.399.911
Projeto Temedicina para hospitais de MG	26.256	1.284
Portaria nº 2.693, de 17/11/ 2011	34.747	28.015
T.C.1770/12EMG/SES/SUS-MG/FES UTI	214.639	586.454
Fapemig 5113/08 - Univas	34.845	32.523
Fapemig 11013/10 - Univas	16.118	16.402
Fapemig 5163-11 - Univas	139.111	343.539
Fapemig CHE APQ 000245-12 - Univas	775	4.391
Programa de Educ. Permanente	316.917	403.286
T.C. 1762/12 EMG/SES/SUS-MG/FES	24.371	375.718
Resolução SES nº 3.238 - 18/04/12	1.134	33.745
FAPEMIG CSA APQ 291-13 - INCEVS	30.691	41.199
T.C 1982/13 -SES/MG/FES	7.009	64.972
Portaria Nº 3.088, de 23/12/11	32.109	40.000
T.C. 2510/13-SES/SUS-MG/FES.	770.628	766.288
T.C.2483/13-SES/SUS-MG/FES	1.355.546	1.699.604
Fapemig MPR00008-13 Mest Profissional	63.503	115.200
Pro-Hosp 2014 - Hcsl	1.198.037	-
Termo de metas 057/10 Pro-Hosp	-	23.644
T.C1737/12-SES/MG/FES(Câncer de Mama)	-	91.335
Pro-Hosp CEF (I termo ad 2010-2011)	-	84.024
Resol. SES/SUS-MG nº 3.748 (Pro-Hosp 2013)	-	781.492
Total	**5.117.015**	**8.392.057**

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados

estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

19. Provisão para demandas judiciais

Descrição	2014	2013
Cíveis ***(i)***	3.129.906	3.981.399
Trabalhistas ***(i)***	2.283.315	1.240.609
Tributário	12.247	15.375
Total	**5.425.468**	**5.237.383**

(i) A Fundação esta discutindo na justiça ações de naturezas indenizatória e trabalhista. Na opinião dos assessores jurídicos, o desfecho desses processos é de perda remota, possível ou provável em valores inferiores ao da causa. Dessa forma, a Administração optou em constituir provisão para demandas judiciais para fazer face a eventuais perdas futuras para as ações cíveis e trabalhistas com expectativa de perda provável estimada pelos assessores jurídicos da Fundação.

Ainda, conforme os assessores jurídicos há demandas cíveis com expectativa de perda possível, cujos valores originais são de R$ 3.538.568 em 31 de dezembro de 2014. E também, há depósitos judiciais trabalhistas no montante de R$ 137.508 em 31 de dezembro de 2014. Os desfechos das demandas não são praticáveis de serem estimados no momento diante das características especialíssimas da justiça, em especial do trabalho.

(ii) A Fundação discute judicialmente execução fiscal e notificação do INSS que totalizam R$ 104.946.301 em 31 de dezembro de 2014. Os assessores jurídicos, com base no mérito e nas provas, são da opinião de que o desfecho destes processos é de perda remota. Desta forma, a Administração também optou em não constituir nenhuma provisão para contingência.

A Fundação no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2014 é considerado suficiente pela administração e assessoria jurídica da Fundação para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

20. Patrimônio Líquido

a. Patrimônio social: Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes e por doações recebidas de terceiros. E ainda, acrescido ou diminuído dos superávits ou déficits, conforme determina a legislação vigente.

b. reserva de reavaliação: A Administração da Entidade, com base na faculdade prevista na Lei n° 11.638/2007, decidiu pela manutenção da reserva de reavaliação até a sua realização final, que se dá por depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados.

c. Superávit (déficit) acumulados: Corresponde aos superávits ou déficits do exercício, que são transferidos para o patrimônio social após a aprovação das contas pelo Conselho Curador, conforme determina a legislação vigente.

21. Receitas operacionais bruta

A receita de prestação de serviços, doações e subvenções e outras receitas possuem a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Prestação de serviço educacional	68.727.255	60.404.372
Prestação de serviço de saúde	86.709.672	78.277.498
Doações e subvenções	1.080.008	876.924
Outras Receitas	1.041.909	5.290.552
Programas com restrição	6.032.295	5.863.564
Receitas Financeiras	2.200.523	1.707.609
Total	**165.791.662**	**152.420.519**

22. Outras receitas / despesas (extraordinárias)

Descrição	2014	2013
Receita venda imobilizado	85.068	2.098
Programa de incubação	540	8.573
Receita sobre vendas de bens consumíveis	-	3.388
Receita de serviço de esterilização	1.533	895
Oficina de informação do SUS	-	3.600
Outras receitas	-	4.608
Perdas e danos	(384.699)	(41.863)
Doações	(560)	(800)
Outras despesas	-	(33.560)
Total	**(298.119)**	**(53.061)**

23. Doações e contribuições recebidas

Descrição	2014	2013
Total	**938.129**	**876.924**

Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, artigo 4º, conforme demonstrativo.

24. Demonstrativo das contribuições previdenciárias

				Exercício	
2010	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**Total**
13.303.358	15.413.634	17.237.007	23.262.025	24.033.529	**93.249.553**

A Entidade entrou com recurso acerca do indeferimento do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, publicado conforme Portaria nº. 30 de 12 de janeiro de 2012.

Em atendimento a Resolução CFC nº 1.184/09 que aprova NBC TG 24, aplicável no ajuste das demonstrações contábeis com respeito a eventos subsequentes ao período contábil a que se referem essas demonstrações. Evidenciamos abaixo os valores apurados referente à Cota Patronal do período de 2010 a 2014, que deverá ser recolhido caso o recurso seja julgado improcedente.

25. Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem a disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Fundação.

A administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que pudesse afetar a Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Fundação estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável.

As declarações de imposto de renda das pessoas jurídicas estão sujeitas à revisão por um período de cinco exercícios. Outros impostos, contribuições e encargos de natureza fiscal e previdenciária estão também, sujeitos à revisão por diferentes períodos prescricionais.

26. Contribuições sociais usufruídas (isentas)

Conforme o artigo 29 da Lei Nº 12.101/09 a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.

- 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais;
- RAT/SAT (1%, 2% ou 3%)
- TERCEIROS (4,5% - Educação e Social e 5,8% - Saúde)
- COFINS – 3%

27. Obrigações da saúde para fins de CEBAS

A Entidade em atendimento a Portaria GM/MS Nº 2035/13 formalizou sua contratualização no dia 17/09/2013, com o Gestor Local do SUS. A Instituição de saúde mantém atualizados seus dados no Cadastro Nacional de Entidades de Saúde (CNES).

Os serviços de saúde desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Saúde (Política Nacional de Saúde, Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Atenção Básica à Saúde e outras) que ela está inserida e como consequência, por elas, regulamentada.

28. Cumprimento de Metas com o SUS

Conforme determinação do artigo 18 do Decreto Nº 7.237/10 e artigo 9º item 1c da Portaria do MS 1970/11, a Entidade cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de internação ou de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no contrato de contratualização, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS, no quadro abaixo demonstraremos os dados dos atendimentos:

Dados dos serviços prestados	SUS	Part.	Convênios	Total
N° de internações	12.043	537	2.499	15.079
N° de cirurgias	8.009	483	1.960	10.452
Total	**20.052**	**1.020**	**4.459**	**25.531**

Movimento obstétrico

Dados dos serviços prestados	SUS	Part.	Convênios	Total
N° de partos/curetagens/intercorrências/ano	**2.186**	**144**	**302**	**2.632**

Movimento externo / interno ano

Dados dos serviços prestados	SUS	Part.	Convênios	Total
SADT	736.527	9.487	99.238	845.252
Fisioterapia	110.982	-	11.076	122.058
Hemodinâmica	1.346	117	245	1.708
Litotripsia	572	46	72	690
Ambulatórios – n° atendimentos	75.155	-	-	75.155
Pronto socorro – n° atendimentos	84.198	1.718	89.971	175.887
Serviço de quimioterapia	6.317	-	-	6.317
Serviço de radioterapia	32.538	-	-	32.538
Serviço terapia renal subst.	26.373	9.487	1023	27.396
Total	**1.074.008**	**11.368**	**201.625**	**1.287.001**

Fonte: dados estatísticos do HCSL.

29. Da concessão dos recursos em assistência à saúde

Conforme determinação do artigo 4º da Lei No. 12.101/09 artigo 19 do Decreto Nº 7.237/10 e artigo 7º da Portaria do MS Nº 1.970, de 16 de agosto de 2011 a Entidade cumpriu:

- as metas estabelecidas em contrato de contratualização;

- ofertou a prestação de seus serviços ao Gestor Local do SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) que pode ser comprovado pelas informações que a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e no Comunicado de Internação Hospitalar (CIH);

Nos quadros abaixo demonstramos, conforme determina o artigo 5º da Lei Nº 12.101/09 artigo 18 do Decreto Nº 7.237/10 e artigo 5º da Portaria do MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011:

- número de pessoas atendidas SUS e Ñ-SUS;

- número de atendimentos SUS e Ñ-SUS;

- percentual de atendimentos SUS (superior ao 60% exigido).

Dados dos serviços prestados SUS	**Internações**	**Pacientes dia**	**Procedimentos**
Internações	12.463	64.724	-
Ambulatoriais	-	-	745.001

Fonte: DATASUS – Ministério da Saúde.

Dados dos serviços prestados não SUS	**Internações**	**Pacientes dia**	**Procedimentos**
Internações	3.020	12.834	-
Ambulatoriais	-	-	167.165

Fonte: Sistema Tasy / CIHA

Internações SUS	83,45%
Ambulatoriais SUS	81,67%
Percentual SUS final – antes da verificação do art 33.	93,45%
Percentual SUS final ao CEBAS.	99,45%

Fonte: dados DATASUS (AIH, CIH, CIHA, SAI)

30. Obrigações da educação para fins de CEBAS

Conforme determinação do artigo 40 da Lei Nº 12.101/09 e o Decreto Nº 7.237/10 a Entidade já procedeu ao recadastramento no Ministério da Educação, pelo site no SISCEBAS (http://cebas.mec.gov.br/).

Os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei Nº 9.394/96) que está inserida e como consequência, por elas, regulamentada.

Em atendimento no artigo 13 da Lei Nº 12.101/09 e o artigo 25 do Decreto Nº 7.237/10 para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do artigo 214 da Constituição Federal.

31. Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais.

Em atenção ao artigo 13 da Lei 12.101/09 (Educação Básica) e artigo 11 da Lei 11.096/05 (Ensino Superior), a Fundação atendeu integralmente ao prescrito nas legislações supracitadas, concedendo 01 bolsa integral para cada 09 estudantes pagantes no ano de 2014.

Educação Básica	Quantidade
Alunos matriculados	1.087
Alunos pagantes	921
Alunos necessários (relação 1 para 9)	103
Alunos com bolsa integral	120

Cursos de graduação e sequencias	Quantidade
Alunos matriculados	3.194
Alunos pagantes	2.670
Alunos necessários (relação 1 para 9)	297
Alunos com bolsa integral	380

32. Demonstrativo da composição dos 20% de gratuidade sobre receita – educação básica e ensino superior.

Em atendimento ao artigo 13 da Lei 12.101/09 (Educação Básica), artigo 25 do Decreto Nº 7.237/10 e pela Lei Nº 11.096/05 artigo 11 (Ensino Superior), a instituição demonstra abaixo a composição dos 20% de gratuidade educacional concedida sobre a receita efetivamente recebida da Educação Básica e Ensino Superior.

As aplicações em gratuidades educacionais para o exercício de 2014, considerando a Lei Nº 12.101/09, o Decreto 7.237/10 e as regras do PROUNI estão demonstrados a seguir:

FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DOS 20% DE GRATUIDADE SOBRE A RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA – EDUCAÇÃO BÁSICA 2014

(=) Mensalid./semestre./anuidades a receber no início do exercício	713.308	
(+) Receita Bruta de mensalid./semestralidades/anuidades do exercício	8.712.818	
(-) Bolsas de estudo integrais	(943.885)	
(-) Bolsa de estudo parciais	(95.931)	
(-) Outras bolsas de estudos integrais/parciais	-	
(-) Descontos concedidos s/ mens./semestre./anuidades do exercício	(1.323.136)	
(-) Perdas com devedores duvidosos	(350.530)	
(-) Outras bolsas de estudos integrais/parciais	-	
(-) Mensalid./semestralidades/anuidades a receber no final do exercício	(1.551.737)	
(=) Total de receita efetivamente recebida (base de Cálculo)	**5.160.907**	
OBRIGAÇÃO 20% SOBRE A RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA	**1.032.181**	**20,00%**
Percentual Aplicado em Gratuidade - Educação Bolsas integrais (100%)	943.886	18,29%
Percentual Aplicado em Gratuidade - Educação Bolsas parciais	95.931	1,86%
Valor mínimo da Gratuidade	1.032.181	20,00%
Valor Total Aplicado em Gratuidade - Lei 11.096/2005	1.039.817	20,15%

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DOS 20% DE GRATUIDADE SOBRE A RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA – EDUCAÇÃO SUPERIOR 2014

Mensalidades/semestre./anuidades a receber no início do exercício	4.751.550	
(+) Receita Bruta de mensalidades/semestre./anuidades do exercício	53.246.780	
(-) Bolsas de estudo integrais	(5.631.794)	
(-) Bolsa de estudo parciais	(2.447.801)	
(-) Perdas com Devedores duvidosos	(1.849.750)	
(-) Descontos concedidos s/ mens./semestre./anuidades do exercício	(892.965)	
(-) Devolução/cancelamentos mens./semestre./anuidades do exercício	-	
(-) Outras bolsas de estudos integrais/parciais	-	
(-) mensalidades/semestre./anuidades a receber no final do exercício	(8.871.000)	
(=) Total de receita efetivamente recebida (base de Cálculo)	**38.305.020**	
OBRIGAÇÃO 20% SOBRE A RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA	**7.661.004**	**20,00%**
Percentual Aplic. em Gratuidade - Educação Bolsas integrais (100%)	5.631.794	14,70%
Percentual Aplicado em Gratuidade - Educação Bolsas parciais	2.447.801	5,69%
Valor mínimo da Gratuidade	7.661.004	20,00%
Valor Total Aplicado em Gratuidade - Lei 12.101/2009	8.079.595	21,09%

33. Da concessão dos recursos em assistência educacional – educação básica e base de cálculo do ensino superior (adesão ao PROUNI)

A Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí, em conformidade com o artigo 13 da Lei Nº 12.101/09 e artigo 25 do Decreto Nº 7.237/10 oferece bolsas educacionais para alunos carentes, na forma da Lei (artigo 14 da Lei Nº 12.101/09), e também não cobrou taxa de matrícula ou custeio de material didático dos alunos bolsistas. Na concessão de bolsas educacionais a Entidade utilizou o seguinte critério de renda:

- A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 1/2 (um e meio) salário mínimo.

- A bolsa de estudo parcial será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos.

A receita base da educação básica para apuração da obrigação mínima dos 20% foi elaborada conforme a interpretação literal do artigo 13 da Lei Nº 12.101/09, descrito a seguir:

“Para os fins da concessão da certificação de que trata esta Lei, a entidade de educação deverá aplicar anualmente em gratuidade, na forma do § 1º, pelo menos 20% (vinte por cento)” da receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999.”

34. Demonstração da base de cálculo do ensino superior (adesão ao PROUNI)

Em observância à Lei n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005, aderiu ao Programa Universidade Para Todos - PROUNI, em dezembro de 2004, através do qual, além de outras assistências educacionais e programas filantrópicos que a Entidade mantém, oferece gratuidades integrais aos beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI.

A receita base de cálculo referente ao Ensino superior foi elaborada em conformidade com o artigo 11 inciso I da Lei n° 11.096 conforme descrito a seguir:

"Art. 11. As entidades beneficentes de assistência social que atuem no ensino superior poderão, mediante assinatura de termo de adesão no Ministério da Educação, adotar as regras do Prouni, contidas nesta Lei, para seleção dos estudantes beneficiados com bolsas integrais e bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), em especial as regras previstas no art. 3o e no inciso II do caput e §§ 1o e 2o do art. 7o desta Lei, comprometendo-se, pelo prazo de vigência do termo de adesão, limitado a 10 (dez) anos, renovável por iguais períodos, e respeitado o disposto no art. 10 desta Lei, ao atendimento das seguintes condições:

I - oferecer 20% (vinte por cento), em gratuidade, de sua receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei no 9.870, de 23 de novembro de 1999, ficando dispensadas do cumprimento da exigência do § 1º do art. 10 desta Lei, desde que sejam respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde."

35. Remuneração da administração.

A Fundação não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades. A administração da Fundação está a cargo de um Conselho Curador. Este conselho é composto por membros eleitos pela Assembleia Geral, que empossará os membros, com um mandato de quatro anos.

Os membros dos órgãos acima referidos não perceberão direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados.

36. Gerenciamento de riscos

As operações da Fundação estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram constituídas perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela administração da Fundação no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

37. Cobertura de seguros

A Administração da Fundação mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Rafael Tadeu Simões
Presidente da FUVS

Roseli Maria de Oliveira
Contadora CRCMG: 77.778/0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Procedendo ao exame dos Balanços Patrimoniais da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí, bem como das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Superávit /ou Déficit, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, realizados em **31 de dezembro de 2014**, dentro das exigências e princípios contábeis geralmente aceitos e aplicados com uniformidade em relação ao exercício anterior, e fundamentalmente no Parecer dos Auditores, **BLB – Auditores Independentes**, somos de parecer que o Balanço Patrimonial bem como da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Superávit e/ou Déficit, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, relativo ao exercício supra-citado, representam adequadamente a situação patrimonial e financeira da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ** em 31 de Dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Isto posto, opinamos pela sua aprovação.

Para seu documento, firmamos o presente.

Pouso Alegre, MG, em 10 de Março de 2015.

Fabiano Pagliarini Garcia
Empresário – Identidade – M-1. 590.540

João Romão de Lima
Funcionário Público – Identidade – MG – 3.142.852

Ailton Aparecido Amaral
Empresário – Identidade – MG- 2.242.629

Sebastião Honório de Siqueira
Militar – Identidade – 052504-8 – M. 0.987.038